



DECISÃO SOBRE PROCESSO ADMINISTRATIVO

O Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental da URA Norte de Minas, no uso de suas atribuições, com base no art. 8º, inciso VII da Lei nº 21.972, de 21 de janeiro de 2016, de acordo com o art. 17 ou art. 23 do Decreto nº 48.707, de 25 de outubro de 2023, comunica que o pedido de licença ambiental analisado no âmbito do processo administrativo indicado a seguir foi INDEFERIDO.

Pessoa Física ou Jurídica na qual o empreendimento se vincula : UNIFRIGO LTDA

CNPJ/CPF : 86.365.012/0001-35

Empreendimento : UNIFRIGO LTDA

Endereço da Pessoa Física ou Jurídica na qual o empreendimento se vincula : Avenida MANFRED BRANT número/km 1430 Bairro DISTRITO INDUSTRIAL CEP 39270-000 Pirapora - MG

Município e Coordenadas geográficas do local de desenvolvimento das atividades:

Pirapora (LAT) -17.3151, (LONG) -44.9165

Fator locacional resultante : 0

Classe predominante resultante : 3

Modalidade de licenciamento : LAS RAS

Processo Administrativo Licenciamento : 3323/2026

Motivo da decisão:

Após análise do Relatório Ambiental Simplificado - RAS apresentado no bojo do PA SLA nº 33323/2026, não foi possível concluir pela viabilidade ambiental da ampliação do empreendimento da Unifrigo Ltda., em razão da indisponibilidade hídrica. Dessa forma, a equipe técnica da URA NM sugere o INDEFERIMENTO do processo de Licenciamento Ambiental Simplificado discutido neste parecer.

Documento emitido eletronicamente, nos termos do art. 1º e art. 2º do Decreto Estadual nº 47.222/2017 e do art. 6º, §4º, do Decreto Estadual nº 47.441/2018.

Montes Claros, 24/02/2026.

Documento assinado eletronicamente por MONICA VELOSO DE OLIVEIRA, Chefe da Unidade, em 24/02/2026 17:20 conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.

Os interessados podem interpor recurso administrativo no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da publicação, com fundamento no art. 40 e seguintes do Decreto Estadual nº 47.383, de 02 de março de 2018. O recurso poderá ser instruído via Sistema Eletrônico de Informações - SEI - diretamente à unidade regional responsável pela análise do processo em referência.

Atenção: O órgão ambiental não faz contato telefônico com o empreendedor e/ou seus representantes para oferecer prestação de serviços de recurso da presente decisão, tampouco cobra taxas desassociadas de Documento de Arrecadação Estadual - DAE.